

VERDADE E PROPAGANDA: O MENTIROSO, O AGENTE E O REFÚGIO DA VERDADE SEGUNDO HANNAH ARENDT

MARCELO CAPELLO MARTINS⁶⁹

RESUMO: Este artigo investiga a relevância da verdade factual para a política, tal como Hannah Arendt defende em seu ensaio *Verdade e Política*, considerando a perspectiva de três diferentes tipos de pessoas envolvidas no relato dos fatos: o mentiroso, a plateia e o relator da verdade. Utilizaremos a propaganda totalitária como maior exemplo de mentira organizada e, portanto, como principal contraponto à verdade factual. O artigo começa com um estudo sobre a noção de verdade factual e então segue para a análise das três diferentes perspectivas. Assim, esclarecemos a preocupação de Arendt com a sustentação do âmbito político em informações confiáveis, fatuais e compreensíveis, permitindo o debate entre diferentes agentes.

PALAVRAS-CHAVE: Verdade; Mentira; Propaganda; Política; Hannah Arendt.

Introdução

Uma das maiores controvérsias na vida de Hannah Arendt ocorreu a partir de seu famoso relato sobre o julgamento de Adolf Eichmann, em 1961. Os desdobramentos que surgiram a partir de seu relato foram inúmeros. A reportagem para a revista *New Yorker* e o livro que surgiu a partir daí, a saber, *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*, são bem conhecidos. Porém, o texto que a autora escreveu motivada pela controvérsia e que posteriormente tornou-se parte de *Entre o Passado e o Futuro* foi menos comentado na época. Em *Verdade e Política*, publicado primeiramente em 1967, Arendt de certa forma busca justificar seu papel como jornalista no caso Eichmann. Jornalista, é preciso enfatizar, e não propriamente agente política. Arendt sabia que ao se oferecer para acompanhar o julgamento estaria cumprindo a função de jornalista e por isso deveria adotar uma conduta condizente com suas responsabilidades.⁷⁰

Contudo, *Verdade e Política* está longe de ser apenas um relato pessoal com algumas prestações de contas. No texto, a filósofa apresenta uma reflexão profunda e sofisticada sobre

⁶⁹ Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio e com bolsa de fomento fornecida pela CAPES. E-mail: marcelocapello1998@gmail.com. Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1216804155945867>.

⁷⁰ O presente artigo é extraído diretamente, com algumas adaptações, da dissertação de mestrado *Propaganda e Discurso: a mentira e a violência discursiva em Hannah Arendt*.

a importância da verdade fatural⁷¹ para todo o domínio da política. A autora nos fornece definições e distinções complexas sobre aquilo que entende por verdade, mentira, opinião e fatos. Como jornalista, ela também traz contribuições ainda muito atuais sobre o papel da imprensa como a responsável por exercer a função de informar. Uma função que embora não seja exercida por agentes dentro da esfera política, e sim em outros domínios, é condição fundamental para que tal esfera possa existir.

Este artigo investiga como o conceito de verdade fatural é basilar para o âmbito político mediante uma análise dos três principais tipos de indivíduos que interagem com os fatos: o mentiroso, a plateia e o relator da verdade. Para dar conta desta tarefa, é necessário começar com uma exploração do conceito de verdade fatural que Arendt apresenta, tendo em vista as suas definições e, muito importante, as suas limitações e fronteiras imprecisas.

1. A verdade factual

Primeiramente, na obra de Hannah Arendt, poderíamos falar em “verdade” no plural, “verdades”, pois a autora entende que existem tipos distintos. As verdades racionais são as mais sólidas e duráveis, isto é, têm maior tendência a serem reconhecidas como tais, dada a força de sua constatação e comprovação. Um primeiro exemplo seriam as verdades matemáticas e geométricas. Esclarece a autora que não há dúvidas de que dois ângulos de um quadrado igualam três ângulos de um triângulo⁷². Um pouco mais complexas e vulneráveis são as verdades racionais científicas e filosóficas. Arendt menciona Galileu, Einstein e Platão nesse caso. Segundo ela, caso a história tomasse rumos diferentes, as proposições desses homens talvez jamais fossem reveladas ou redescobertas, embora isso não seja impossível⁷³. Afinal, a hipótese de Platão sobre as ideias ou as contribuições científicas de Galileu são muito mais dependentes de seus formuladores do que a mera constatação de que $2 + 2 = 4$. No entanto, tais verdades racionais poderiam ser pensadas ou descobertas por outros homens em outros tempos. A teoria da relatividade, por exemplo, não depende inteiramente de Einstein para existir. É concebível que ela fosse formulada por outro cientista em tempos futuros caso Einstein nunca o tivesse feito.

⁷¹ Em inglês: *factual truth*. A expressão também é traduzida como “verdade fatural”, em algumas versões de *Verdade e Política*, e como “verdade dos fatos”, em *A Vida do Espírito*. Neste artigo, utilizaremos principalmente a opção “verdade fatural”, com algumas aparições esporádicas de “verdade dos fatos”.

⁷² Arendt, 2016a, p. 286.

⁷³ Arendt, 2016a, p. 286-287.

Assim Arendt entende as verdades racionais. Embora possuam uma vulnerabilidade, ou seja, alguma possibilidade de não serem reconhecidas, sua solidez é muito mais notória. Em *A Vida do Espírito*, a pensadora esclarece melhor o que seria esta solidez. Inspirada pela obra de Leibniz, ela aponta que as verdades da razão são necessárias, o que significa que seu contrário é impossível⁷⁴. Mesmo que as pessoas se recusem a reconhecer verdades dessa ordem, elas continuarão sendo como são e nada poderá ser feito para revertê-las.

Contudo, para o âmbito da política, as verdades que realmente interessam são as verdades factuais. Os fundamentos científicos do heliocentrismo provenientes de Galileu poderiam ter sido fruto de estudos de outro cientista. O cálculo de que os dois ângulos de um quadrado são iguais aos ângulos de um triângulo poderia ser constatado e comprovado por uma pessoa a sós, em isolamento, e, portanto, pouco tem a fazer no domínio político, onde reina a pluralidade. Por outro lado, a afirmação de que em 1940 a França colapsou ante às forças alemãs também constitui uma verdade⁷⁵. Entretanto, essa verdade não poderia ser redescoberta no futuro, como as teorias de Galileu, caso todos os que a testemunharam e todos os registros de sua existência fossem apagados. Além disso, diferente dos ângulos do quadrado e do triângulo, essa verdade tem uma relevância para assuntos políticos e, mais importante, não é necessária. Em outras palavras, as verdades factuais são contingentes e, por isso, poderiam ser exatamente o oposto do que são, pois o desenrolar dos fatos poderia ter sido diferente.

A verdade factual se refere a acontecimentos em que muitas pessoas estão envolvidas, e por isso tem sua solidez, e também seu ponto fraco, no testemunho, registro e comprovação⁷⁶. Frequentemente, essa relação da factualidade com a pluralidade humana acaba em confusão, sobretudo pela difícil relação entre os fatos e as opiniões. Há algum tempo, a ideia de que fatos e opiniões são opostos é repetida vulgarmente em diferentes âmbitos, bem como a ideia de que os fatos não existem e o que temos em seu lugar são diferentes pontos de vista e interpretações. Em contexto político, por exemplo, é comum vermos um observador externo suspender seu juízo diante de uma disputa entre dois países com a desculpa de que não há fatos envolvidos, apenas a narrativa de cada um dos lados, e que o vitorioso determinará os fatos posteriormente.

Arendt se oporia radicalmente a essas justificativas, tanto no que diz respeito à existência de fatos, quanto à suposta oposição deles à opinião. A verdade factual é política por natureza, mas isso não significa que esteja sujeita à disputa de opiniões que ocorre no campo

⁷⁴ Arendt, 2008, p. 76.

⁷⁵ Arendt, 2016a, p. 293.

⁷⁶ Arendt, 2016a, p. 295.

da política ou que os fatos possam ser manipulados livremente. Antes de serem conflitantes, os fatos e as opiniões são elementos que pertencem ao mesmo domínio, o político:

Fatos informam opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e paixões, podem diferir amplamente e ainda serem legítimas no que respeita à verdade fatural. *A liberdade de opinião é uma farsa, a não ser que a informação fatural seja garantida e que os próprios fatos não sejam questionados.*⁷⁷

O direito à opinião é fundamental para o domínio político. Tantas vezes distorcido com os termos caricatos da atualidade, como “liberdade de expressão”, o direito de opinar é, segundo Arendt, condicionado por uma coisa: a verdade fatural. É parte da liberdade que aflora na política a realização de discursos radicalmente diferentes por agentes distintos. A troca de opiniões é parte desse domínio. Contudo, o debate só pode acontecer se estiver em solo firme, se os envolvidos compartilham algo em comum sobre o qual poderão opinar. O reconhecimento dos fatos, que constitui esta terra firme, é a condição para as opiniões. Em seu excelente livro *Existe Democracia sem Verdade Factual?*, o professor Eugênio Bucci traz referências diversas da filosofia, entre as quais Hannah Arendt é claramente a protagonista. Bucci fornece a melhor analogia para explicar a relação condicional entre os fatos e as opiniões. Em referência direta a *Verdade e Política*, o autor explica:

A verdade factual é tão indispensável à política quanto a língua é indispensável para as sociedades e as comunidades. Sem um sistema de signos compartilhados, não há sequer comunidade cultural. Do mesmo modo, sem uma base comum de verdade factual, que se assenta na raiz dos signos, não poderão os homens agir em comum e, mais ainda, entabular uma interlocução comum acerca dessa verdade factual.⁷⁸

Em outros termos, sempre que opinamos nós opinamos a respeito de algo. Tirar os fatos desta equação é retirar precisamente esse “algo”, esse elemento reconhecido mutuamente pelos indivíduos que debatem. No domínio político, os fatos devem ser a matéria que dispara o debate de opiniões divergentes. Caso contrário, ou não haverá discurso algum, ou o ambiente político será tomado por um verdadeiro caos discursivo. Os fatos não são questão de opiniões, ainda que as suscitem.

Aceitando a relação fatos-opinião proposta por Arendt, um novo problema aparece: como informar o campo da política sem imprimir nos fatos uma interpretação enviesada, já

⁷⁷ Arendt, 2016a, p. 295. Grifo meu.

⁷⁸ Bucci, 2019, p. 84.

contaminada pela opinião? Arendt admite a dificuldade de narrar uma estória ou acontecimento sem deixar as interpretações próprias influenciarem. Ela reconhece que este é um problema real no campo das ciências históricas, tendo ela mesma vivenciado a dificuldade em manter a imparcialidade ao tratar do totalitarismo. Contudo, isso não exclui sua tese. Essa dificuldade não pode servir “como uma desculpa para o historiador manipular os fatos a seu bel-prazer”.⁷⁹ Todos têm o direito de atribuir significado aos acontecimentos e relatar e pensar os fatos de uma certa perspectiva. Em 1972, em uma conferência a respeito de suas obras, Arendt dá um exemplo simples, mas efetivo: “Quando alguém conta uma estória a respeito do que lhe aconteceu há meia hora na rua, precisa dar forma a essa estória. Esse dar forma é um modo de pensamento”⁸⁰. Ao que parece, narrar os fatos implica colocá-los em uma estória, ou seja, pensar em uma certa forma de transmitir a informação. No entanto, a modificação e distorção da matéria factual, matéria que existe independente de interpretações, não pode ser tolerada⁸¹. Devemos admitir, no entanto, que Arendt deixa uma série de problemas latentes neste raciocínio. Como colocar um fato em palavras e interpretá-lo sem modificar sua “essência” em alguma medida? O termo “essência” é propositalmente colocado entre aspas. Afinal, do que se trata a matéria factual a que Arendt se refere?

Parece difícil vislumbrar esta matéria essencial de um fato sem colocá-la em palavras e, portanto, em uma determinada interpretação. É claro, a filósofa parece incomodada com a negação ou questionamento dos fatos, não com a interpretação. Mas é aí que reside o problema do qual Arendt não se ocupa mais detidamente: as fronteiras entre o fato, seu relato, sua interpretação e uma opinião acompanhada de possível questionamento são facilmente borradas. Um bom exemplo está presente no próprio texto de Arendt, de uma forma que ela mesma não percebeu. Em determinado momento, a autora menciona “o fato de que na noite de 4 de agosto de 1914, tropas alemãs cruzaram a fronteira da Bélgica”⁸². Apenas algumas linhas depois, no parágrafo seguinte, Arendt refere-se ao mesmo acontecimento, mas da seguinte forma: “em agosto de 1914 a Alemanha invadiu a Bélgica”.⁸³ Um mesmo evento, um mesmo fato reconhecido, mas duas formulações diferentes. Suponhamos um leitor que não tem conhecimento da história mundial e lê a primeira formulação. A ideia de que a Alemanha invadiu a Bélgica está clara ou ele precisará deduzir? Dizer que tropas de um país cruzaram a

⁷⁹ Arendt, 2016a, p. 296.

⁸⁰ Arendt, 2021, p. 499.

⁸¹ Arendt, 2016a, p. 296.

⁸² Arendt, 2016a, p. 296.

⁸³ Arendt, 2016a, p. 297.

fronteira de outro não é, de forma alguma, o mesmo que dizer que estas tropas *invadiram* um outro território. No primeiro caso, não fica claro para um leitor desavisado se as nações envolvidas eram aliadas ou adversárias. As tropas poderiam ter cruzado a fronteira rumo a um outro país, que não a Bélgica, como destino. Por outro lado, ao dizer que a Alemanha invadiu a Bélgica, Arendt passa uma informação diferente e esta dúvida é eliminada. Também se pode mencionar o viés agressivo inerente à palavra “invasão”, que não se encontra na outra formulação. Hoje, mais de um século depois deste evento, podemos aceitar como verdades fatuais as duas formulações. No entanto, como lidar com a tarefa de relatar um fato recente sem cair nestas armadilhas de linguagem, quando ainda não possuímos o olhar retrospectivo de mais de cem anos? Arendt parece identificar uma diferença entre a matéria fatural e a sua interpretação. O relator da verdade tem o direito de interpretá-la e de colocá-la em uma narrativa, mas é possível identificar essas fronteiras em seu pensamento e em seu relato? É possível saber precisamente em que ponto o relato passa a ser interpretação e quando a interpretação passa a se contaminar com a opinião?

Tomar a tarefa de solucionar esses problemas seria uma atitude muito ambiciosa. A natureza dos fatos tal como Arendt os apresenta é um ponto fácil de ser questionado. No entanto, ao alongar demasiadamente esse assunto nós caímos precisamente no erro que Arendt aponta: discutir o que são ou não são os fatos impede a construção de um futuro a partir dos eventos. A disputa dos fatos nos impede de seguir adiante e deliberar sobre o futuro a partir dos acontecimentos passados. Ainda que deixe tantas lacunas neste ponto do texto, Arendt certamente não pode ser tida como ingênua. A acusação de que estas definições de verdade são demasiadamente abreviadas é justa, porém secundária.⁸⁴ Se existe algo que possa ser chamado de matéria factual pura ou não, isso pouco importa perante a real preocupação da filósofa: mostrar a necessidade do debate político, da presença compartilhada de indivíduos singulares discutindo sobre assuntos de interesse comum. A luta pela definição de um possível conceito de verdade factual não pode ser um impeditivo para a política. *A consciência da necessidade de tomar distância e ser imparcial na busca e relato dos fatos é mais relevante que a própria possibilidade de atingir a verdade em sua forma supostamente pura.* Em suma, tomemos como base os exemplos que a autora estabelece como fatos, ou então regrediremos eternamente na busca dos mesmos e não haverá mais nada a dizer sobre *Verdade e Política*. De forma geral,

⁸⁴ A este respeito, Odílio Aguiar reforça quais são as prioridades da pensadora: “Vale salientar que Arendt não está preocupada em discutir o conceito de verdade, mas em chamar a atenção para as dificuldades já tradicionalmente conhecidas no que diz respeito ao relacionamento entre verdade e política.” (Aguiar, 2007, p. 11).

podemos entender a interpretação como o relato dos fatos na forma de uma estória ou em uma perspectiva. Ainda que a diferença entre a interpretação e a opinião tenha se mostrado muito nebulosa, podemos deixar esta grande ressalva e digressão para trás e retomar a relação dos fatos com as opiniões.

Arendt admite uma oposição entre a verdade, seja ela factual ou racional, e a opinião. Enquanto a última tem caráter persuasivo, isto é, implica em uma discussão em que se busca o convencimento do outro, a primeira tem uma natureza coerciva. A verdade não deveria ser objeto de convencimento, mas sim de aceitação. É por isso que as verdades se opõem à opinião no que diz respeito ao seu “modo de asseverar a validade”⁸⁵. O legítimo contador de verdades não se abala perante a multidão. Se ele toma como verdade filosófica que sofrer o mal é melhor do que praticá-lo⁸⁶, ou reconhece a verdade fatural de que a Alemanha invadiu a Bélgica em 1914, ele sustentará essas afirmações mesmo que esteja sozinho contra todos os outros, pois elas estão para além da disputa⁸⁷.

Em outras palavras, no campo da política, “a verdade tem um caráter despótico”⁸⁸. Uma vez estabelecida, os agentes podem apenas aceitá-la e deliberar a partir dela, mas não a colocar em disputa. Quando se refere ao “modo de asseverar validade”, Arendt aponta que parte da distinção entre a verdade e a opinião reside na forma de expressão de cada uma. Isso se dá pois o modo de comunicar a verdade é necessariamente tirânico. O comunicador não toma em consideração toda a gama de opiniões do espaço público. Embora sejam despóticos, os fatos não são estabelecidos e aceitos naturalmente. Eles precisam de uma voz, por assim dizer. Precisam de instituições que estejam comprometidas em buscá-los imparcialmente e relatá-los com firmeza e coerência. É importante mencionar, neste momento, as instituições que Arendt entende como “refúgios da verdade”, a saber, o poder judiciário, a academia e a imprensa. As instituições mencionadas seriam alguns dos refúgios da verdade, na medida em que devem se comprometer com estas tarefas. Arendt reconhece o caráter coercitivo desses refúgios, quando diz, por exemplo: “Verdades bem desagradáveis têm saído das universidades, e sentenças bem indesejáveis muitas vezes têm sido emitidas de um tribunal”⁸⁹. Contudo, deixemos a discussão

⁸⁵ Arendt, 2016a, p. 297.

⁸⁶ Arendt aponta três referências para essa asserção socrática, os diálogos *Críton*, 49d, *Górgias*, 482b e o clássico *República* 367a.

⁸⁷ Arendt, 2016a, p. 297.

⁸⁸ Arendt, 2016a, p. 298.

⁸⁹ Arendt, 2016a, p. 322.

sobre os contadores da verdade para o final deste artigo, visto que Arendt também os menciona apenas ao fim de *Verdade e Política*.

O pensamento e a comunicação da verdade precisam estar para além do debate, e por isso surge a confusão: o campo da política, onde a comunicação é mais necessária e geralmente mais incendiada, não enxerga com bons olhos um discurso tão tirânico quanto o da verdade. Na política, o comum é o debate. Ele é, para Arendt, a própria essência da política⁹⁰. Logo, uma comunicação que não está aberta para o debate é com frequência hostilizada.

O mesmo não pode ser dito a respeito das opiniões. O pensamento político deve levar em conta as opiniões dos demais. Para explicar como se dá o processo de pensamento político e a formação de opiniões, Arendt se inspira na obra de Immanuel Kant. Entre seus textos, *Verdade e Política* não é o primeiro, nem o último e certamente não é o mais relacionado à obra kantiana. A relação de Arendt com as formulações do filósofo de Königsberg é muito marcante sempre que a faculdade de pensar está em questão⁹¹. No contexto de nossa discussão, no entanto, não precisamos nos desviar longamente das páginas de *Verdade e Política*. No ensaio, Arendt aponta que o pensamento político se dá através de representações. O indivíduo pensante deve ser capaz de representar as mais variadas perspectivas em sua mente. Assim, a qualidade de uma opinião está atrelada às capacidades do indivíduo de se libertar de seus interesses pessoais e de representar as demais perspectivas:

Quanto mais posições de pessoas eu tiver presente em minha mente ao ponderar um dado problema, e quanto melhor puder imaginar como eu sentiria e pensaria se estivesse em seu lugar, mais forte será minha capacidade de pensamento representativo e mais válidas minhas conclusões finais, minha opinião.⁹²

A capacidade de formar opiniões válidas e dignas de compartilhamento no âmbito político está ligada à imparcialidade com a qual elas se constroem, algo que Arendt afirma explicitamente: “a autêntica qualidade de uma opinião (...) depende do grau de sua imparcialidade”⁹³. Esta é uma ideia relevante, pois as opiniões tomam forma e adentram o campo da política a partir do discurso. As opiniões não são autoevidentes, pois precisam passar

⁹⁰ “O estorvo é que a verdade fatural, como qualquer outra verdade, pretende peremptoriamente ser reconhecida e proscree o debate, e *o debate constitui a própria essência da vida política*.” (Arendt, 2016a, p. 299. Grifo meu).

⁹¹ As duas principais obras arendtianas em diálogo com Kant são *A Vida do Espírito* e *Lições Sobre a Filosofia Política de Kant*. Em todo caso, não nos ocuparemos delas neste artigo.

⁹² Arendt, 2016a, p. 299.

⁹³ Arendt, 2016a, p. 300.

por este processo de alargamento que leva em conta as diferentes perspectivas. A autora usa um exemplo que não é nada ocasional, pois tem profundos impactos em sua filosofia: a ideia de que os homens são criados iguais não é evidente por si mesma e é de difícil comprovação⁹⁴. No entanto, defendemos essa opinião com unhas e dentes, pois “a liberdade só é possível entre iguais”⁹⁵ e a convivência em liberdade entre os indivíduos é certamente preferível à dominação.

É oportuno realizar um pequeno excursus para evidenciar a relevância desta discussão sobre a igualdade entre os humanos. Para Arendt, a política é possível partindo do princípio de que os homens são todos iguais, na medida em que são todos da raça humana, e, simultaneamente, diferentes uns dos outros, pois cada indivíduo possui uma singularidade que lhe é própria, uma identidade que é desvelada em seus atos e palavras. Assim, a política depende da pluralidade de agentes humanos. No contexto do totalitarismo e seus aspectos antissemitas, tão relevantes para Arendt, a propaganda promovia uma divisão em termos de raças naturalmente diferentes, uma superior e outras inferiores.

Arendt abordou esta característica da propaganda totalitária em diversas ocasiões, como em *A Retórica do Diabo*, artigo de 1942 que está presente na obra compilatória *Escritos Judaicos*. Na passagem seguinte, Arendt traz para a discussão a ideia de igualdade e desigualdade. Referindo-se à propaganda antissemita, ela escreve:

O que torna essa propaganda tão terrivelmente perigosa é que ela não é baseada em nenhum fato em absoluto - sim, aberta e descaradamente contraria todos os fatos. É baseada unicamente na ideia de uma desigualdade fundamental entre os povos. Um povo sobrenaturalmente bom e um povo sobrenaturalmente mau são meramente a estrutura na qual todos os outros povos são submetidos como se em uma camisa de força, e pela qual são então dominados.⁹⁶

Partindo dessa linha de pensamento antissemita, qualquer povo pode ser enquadrado como pertencente ao grupo sobrenaturalmente bom, ou como pertencente ao grupo sobrenaturalmente maligno. Arendt reafirma este ponto em seguida no mesmo texto: “A ideia de uma desigualdade fundamental, natural, entre os povos, que é a forma tomada pela injustiça em nosso tempo, só pode ser derrotada pela ideia de uma igualdade original e inalienável entre todos que carregam uma face humana”⁹⁷.

⁹⁴ Arendt, 2016a, p. 305-306.

⁹⁵ Arendt, 2016a, p. 306.

⁹⁶ Arendt, 2016b, p. 331. Tradução modificada.

⁹⁷ Arendt, 2016b, p. 331.

Nas frases citadas de *A Retórica do Diabo*, é notável como Arendt escreve em termos de humanidade quando se refere a todos os portadores de uma face humana. Sua afirmação de que a propaganda de cunho racial se baseia em uma desigualdade natural e, portanto, fictícia e pseudocientífica, é repetida em outra frase, desta vez em *Origens do Totalitarismo*, quando a autora escreve que “a raça é, do ponto de vista político, não o começo da humanidade mas o seu fim, não a origem dos povos mas o seu declínio, não o nascimento natural do homem mas a sua morte antinatural”⁹⁸. A separação entre raças seria um movimento que em última instância elimina aquilo que permite a ação política em primeiro lugar, isto é, a humanidade dos agentes. Em um mundo regido em termos de raças, a humanidade é uma noção que se torna obsoleta, ao menos em termos políticos. É importante que esta delimitação fique explícita: Arendt faz as afirmações acima “do ponto de vista político”, conforme ela mesma escreveu, isto é, *do ponto de vista onde reinam as opiniões e o debate*. A validade científica de uma suposta desigualdade entre raças não era tão relevante quanto a aplicação prática de uma doutrina racial agressiva.⁹⁹ Afinal, o que Arendt começava a descrever em *A Retórica do Diabo* e *Origens do Totalitarismo* eram as ideologias, cujo aspecto principal é político e não científico.¹⁰⁰

Para voltarmos ao assunto de *Verdade e Política*, podemos apontar a existência do racismo como o exemplo mais notório de ruptura com a opinião que defende a igualdade humana. O importante a ser lembrado é que a validade desta defesa da igualdade e de outras opiniões semelhantes “depende do livre acordo e assentimento; chegamos a elas mediante o pensamento representativo e discursivo; elas são comunicadas por intermédio de persuasão e dissuasão”¹⁰¹. Se pensarmos na Alemanha nazista, a doutrina racial fazia o caminho reverso ao da verdade que é desvirtuada como uma questão de opinião. No nazismo, uma opinião infundada foi elevada ao status de verdade científica comprovável e disseminada incessantemente pelo monopólio do discurso, a propaganda, e pela sua aplicação prática, através da organização social¹⁰².

⁹⁸ Arendt, 2012, p. 232. Grifo meu.

⁹⁹ “Uma vez estabelecidas, maneiras de pensar e de se comportar que negavam com sucesso a humanidade de grandes partes da humanidade estavam prontas para serem adotadas na prática do terror totalitário.” (Canovan, 2000, p. 32-33, tradução minha).

¹⁰⁰ “Toda ideologia que se preza é criada, mantida e aperfeiçoada como arma política e não como doutrina teórica.” (Arendt, 2012, p. 235).

¹⁰¹ Arendt, 2016a, p. 306.

¹⁰² Sobre esse assunto, é recomendável a leitura de duas sessões de *Origens do Totalitarismo* que se complementam. Refiro-me às sessões “A Propaganda Totalitária” e “A Organização Totalitária”, ambas no segundo capítulo da terceira parte do livro.

2. O mentiroso

Tendo razoavelmente esclarecido as intrincadas relações e ambiguidades entre fato, verdade e opinião, podemos passar à análise dos diferentes agentes envolvidos nos relatos dos eventos que mobilizam esses conceitos. Começamos, então, pelo maior problema: a mentira. Ainda que a verdade fatural difira da opinião em seu modo de comunicação, a opinião não é o seu contrário. Mesmo que ao relatar a verdade fatural possamos cometer um erro, também o erro não é o seu oposto. A grande oposição da verdade fatural é a mentira deliberada, a falsidade organizada¹⁰³, e essa oposição começa pela diferença entre o contador de verdades e o mentiroso.

A mentira é uma tentativa de mudar o mundo. Os regimes totalitários que tantas vezes tentaram reescrever a história e criar ficções ideológicas são a prova disso. E mesmo que não usemos um exemplo tão extremo quanto o totalitarismo, somos obrigados a admitir junto com Arendt, pela linha de raciocínio que a autora seguiu, que o mentiroso é um homem de ação¹⁰⁴. Seja em um caso extremo de alteração de registros históricos, como no regime de Stálin, ou em menor instância, como o indivíduo que reivindica para sua mentira o direito constitucional de existir como uma mera opinião, o mentiroso é um agente que tenta transformar o mundo através de sua falsidade. Aquele que fala a verdade, por outro lado, não quer alterar o mundo, quer apenas descrevê-lo e aquilo que nele se passa, conferindo solidez aos fatos para que a política possa acontecer.

A relação da mentira com a ação está na origem de ambas, a saber, a imaginação. A ação humana sempre inicia novos processos. No entanto, a novidade depende de uma mudança naquilo que é preexistente. Em *A Mentira na Política*, Arendt segue esta explicação e atribui a mudança à faculdade de imaginar. Para conceber um mundo diferente do que é, precisamos nos retirar mentalmente do lugar onde estamos e a partir daí “*imaginar* que as coisas poderiam ser diferentes do que realmente são”¹⁰⁵. Daí surge a ligação original entre a mentira e a ação, pois ambas são faculdades que dependem da capacidade imaginativa de negar os fatos: “Em outras palavras, a negação deliberada da verdade dos fatos – isto é, a capacidade de mentir – e a faculdade de mudar os fatos – a capacidade de agir – estão interligadas: devem suas existências à mesma fonte: imaginação”¹⁰⁶. É precisamente porque podemos conceber uma realidade

¹⁰³ Arendt, 2016a, p. 308.

¹⁰⁴ Arendt, 2016a, p. 309.

¹⁰⁵ Arendt, 2017, p. 15, *grifo da autora*.

¹⁰⁶ Arendt, 2017, p. 15.

diferente da atual que somos capazes de agir, pois a ação é a atividade humana capaz de mudar o mundo.

Com a capacidade de imaginar, o mentiroso ataca as maiores fraquezas da verdade fatural: a contingência e o testemunho dos fatos. Na medida em que a realidade é fruto de fatos contingentes, ou seja, eventos que poderiam ter se desenrolado de outra forma e não possuem nenhuma necessidade intrínseca de existir, o mentiroso toma proveito ao narrar a história da forma que achar mais convincente. Certamente, ele será muito mais capaz de convencer uma audiência do que o contador de verdades, pois tem ao seu lado a plausibilidade¹⁰⁷. Ao mentir, ele pode disseminar sua falsidade nas roupas de uma narrativa lógica e nada contingente, eliminando o elemento de imprevisibilidade que está presente em todo evento¹⁰⁸. Sobre esse ponto, a propaganda do totalitarismo tinha como uma de suas principais características o fornecimento de uma nova realidade à população, livre do imprevisível, mas inteiramente contaminada com o ideológico. A ideologia dos regimes totalitários se apresenta nas roupas de uma lógica inabalável que explica todos os acontecimentos pela sua ótica doutrinária. Mais do que isso, o aparato de propaganda totalitário era muito hábil em disseminar mentiras conforme o público. Essa também é uma característica que Arendt reconhece no mentiroso, ao dizer que ele “tem a grande vantagem de saber de antemão o que a plateia deseja ou espera ouvir”¹⁰⁹.

Além do ataque à contingência dos fatos, o mentiroso tem a possibilidade de atacar aquele que os relata. Vimos anteriormente que a verdade fatural depende do registro, comprovação e testemunho. Sendo assim, a verdade factual, por mais tirânica e coerciva que seja ao entrar no espaço político, sempre tem alguma abertura à dúvida¹¹⁰. Ao colocar em questão a confiabilidade do testemunho, a validade dos fatos relatados é abalada junto a dele. Não há dúvidas de que uma forma muito eficiente de mentir é atacar aquele que afirma algo, e não a sua afirmação em si. Por outro lado, é importante mencionar como esta é uma boa forma de desmascarar mentirosos, isto é, colocando em questão sua credibilidade e evidenciando ao público os interesses por trás de sua falsidade.

Isso nos leva a um ponto fundamental a respeito da mentira. Aquele que mente aparece de uma determinada forma para seu público e sua imagem será muito importante para seu sucesso. A melhor forma de o mentiroso trazer veracidade para suas asserções é estando ele

¹⁰⁷ Arendt, 2016a, p. 311.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

¹⁰⁹ Arendt, 2017, p. 16.

¹¹⁰ Arendt, 2017, p. 16.

mesmo enganado. Ele precisa viver no mundo de sua mentira. Arendt coloca a questão da seguinte forma:

(...) quanto mais bem sucedido for um mentiroso, maior é a probabilidade de que ele seja vítima de suas próprias invenções. Além disso, o brincalhão que se autoengana e que está no mesmo barco que suas vítimas parecerá imensamente superior, em merecimento de confiança, que o mentiroso de sangue frio, que goza de sua travessura em posição exterior. Somente o autoengano pode criar uma aura de veracidade, e em um debate a respeito de fatos o único fator persuasivo que ocasionalmente tem possibilidades de prevalecer contra o prazer, o medo e o lucro é a aparência pessoal.¹¹¹¹²

A filósofa vai além e traz a questão da propaganda mais diretamente para a discussão. Ela aponta que a propaganda moderna passa a ser dirigida não apenas para o exterior, mas também para o público interno. Assim, a criação de imagens para uso doméstico tem um efeito perigoso, pois tais imagens “podem tornar-se uma realidade para todos e sobretudo para os seus próprios criadores”¹¹³. Uma vez que isso acontece, torna-se muito difícil fugir da tentação de sustentar a mentira e, conseqüentemente, da tentação de se autoenganar. Para Arendt, tanto os enganados quanto os enganadores tendem a sustentar as imagens propagadas em detrimento dos fatos. E assim, a imagem propagandística será dificilmente ameaçada por ataques vindo do exterior, mas poderá ser abalada por indivíduos de dentro dos próprios domínios que se recusem a aceitá-la e revisitem os fatos que não se enquadram na narrativa construída¹¹⁴.

Contudo, devemos ser cautelosos em rechaçar os esforços do mundo exterior para penetrar em um ambiente coberto de mentiras. Arendt, mesmo sem tornar explícito, parece reconhecer isso. O totalitarismo pode ter sido a forma de governo que chegou o mais próximo possível de criar uma realidade fictícia e se proteger da contrapropaganda do mundo real. No entanto, a filósofa reconhece que essa possibilidade é cada vez mais difícil de se concretizar: “Sob o atual sistema de comunicação mundial, cobrindo um vasto número de nações independentes, não existe em parte alguma uma potência próxima de ser grande o bastante para tornar sua ‘imagem’ irrefutável”¹¹⁵.

¹¹¹ Arendt, 2016a, p. 314, tradução modificada.

¹¹² Celso Lafer reforça essa questão ao retomar a oposição entre verdade e mentira: “O oposto da verdade factual não é o erro, mas a mentira, e esta, quando não apenas esconde mas destrói a verdade, transforma-se em auto-ilusão.” (Lafer, 1988, p. 248)

¹¹³ Arendt, 2016a, p. 315.

¹¹⁴ Arendt, 2016a, p. 315.

¹¹⁵ Arendt, 2016a, p. 316.

Após ler essas palavras, poderíamos ficar tentados a achar que nossos problemas acabaram, que na ausência de um regime forte o suficiente para impor uma realidade a todos os humanos nós estaríamos a salvo dos efeitos da mentira. Longe disso, um problema que fazia parte dos efeitos da propaganda totalitária e que é tão sério quanto a ficção nos assola vigorosamente. Segundo Arendt, o grande problema de eliminarmos a verdade fatural em prol da mentira não é que troquemos os seus lugares apenas, isto é, que tomemos a mentira como sendo verdade ou os fatos como sendo falsidades. *O grande problema é que as próprias categorias de verdade, mentira, realidade e fatos se tornam completamente desprovidas de sentido perante seres humanos que já não são capazes de se orientar no mundo.*

A mentira é ilimitada. Se a verdade é aquilo que aconteceu e não pode ser alterado, a mentira tem o potencial de manipular todos os outros caminhos possíveis que poderiam ser alternativas aos fatos contingentes. Em outras palavras, a mentira joga com as múltiplas possibilidades potenciais do passado e tenta construir uma história mais coerente a partir delas. Por um lado, Arendt aponta que é justamente aí que o mentiroso pode se atralhar, caso não seja capaz de sustentar a coerência de suas mentiras. A mentira pode se tornar uma armadilha:

(...) aqueles que ajustam as imagens e estórias às circunstâncias em mudança permanente se verão flutuando sobre o largo horizonte da potencialidade, à deriva, de uma possibilidade para outra, incapazes de sustentar qualquer de suas próprias invencionices. Longe de conseguir um sucedâneo adequado para a realidade e a faturalidade, eles transformaram os fatos e ocorrências novamente na potencialidade da qual haviam saído originariamente.¹¹⁶

Na medida em que o mentiroso é um agente, ele corre o risco de ser traído pela imprevisibilidade inerente à ação. Sem saber o que pode decorrer de seus atos e das ações de outros, o mentiroso terá de ser muito hábil em manter sua coerência diante das flutuações dos assuntos humanos. Fugir da contradição pode se tornar uma tarefa difícil de realizar, em especial para aquele mentiroso que, ao contrário dos regimes totalitários, não possui força e meios o suficiente para amplificar suas falsidades. Em outras palavras, o mentiroso criador de imagens que se autoengana pode cair na armadilha de tentar prever as consequências de sua ação. Na medida em que mente “sobre questões fatuais que todos desejam de qualquer forma eliminar”¹¹⁷, o mentiroso pode se desequilibrar pisando na estrutura frágil de suas mentiras.

¹¹⁶ Arendt, 2016a, p. 318.

¹¹⁷ Arendt, 2016a, p. 319.

3. A plateia e a política

Agora, deixemos de lado o ponto de vista do mentiroso e retornemos à perspectiva daqueles que o escutam, sua plateia. Se, tal como a verdade, a mentira fosse única e não potencialmente múltipla, nós não teríamos problemas em refutá-la. Seria meramente uma questão de inverter as palavras mentirosas e tão logo teríamos a verdade. Todavia, não é assim que a mentira funciona. Ao contrário, ela nos remexe com suas múltiplas faces. Ela não nos tira o que é verdadeiro, ela tira nossa capacidade de identificá-lo. Nas palavras metafóricas de Arendt, a mentira “arranca o chão de nossos pés, sem fornecer nenhuma outra base em que nos postemos”¹¹⁸.

Em entrevista a Roger Errera em 1973, Arendt toca nesse assunto brevemente e esclarece esta metáfora. Segundo a autora, a chuva constante de mentiras elimina a possibilidade de crença. Assim, Arendt compartilha algumas de suas percepções sobre as consequências da mentira na entrevista:

(...) se todos mentem para você, a consequência não é acreditar em mentiras, mas não acreditar em mais nada (...). De forma que um governo que mente, que persegue objetivos diferentes em momentos diferentes, deve constantemente reescrever sua história. Isso significa que a população fica privada não só de sua capacidade de agir, mas também de sua capacidade de pensar e julgar. E com uma população assim, pode-se fazer o que bem entender.¹¹⁹

É a capacidade de agir que aqui nos interessa. Qual é a ligação entre a capacidade de discernir o verdadeiro do falso e a ação humana? Arendt oferece uma linha de raciocínio muito sofisticada e impactante. Ela leva suas afirmações às últimas consequências lógicas. A ação humana é o que determinará o futuro, que por si só está aberto a todas as possibilidades. A verdade fatural, evidentemente, não diz respeito ao futuro, mas sim ao passado. Quando verdades fatuais são invocadas, o que está em questão é a solidez de tudo aquilo que já passou e não pode ser alterado. Mas, eis o truque do mentiroso: a verdade fatural é transformada por ele em uma potencialidade. Somente o futuro está aberto às consequências da ação humana. Exceto para o mentiroso, que através de sua forma de agir, a mentira, retira qualquer estabilidade dos eventos passados e, conseqüentemente, do próprio âmbito político. A ação humana inicia novos processos, dá à luz novos inícios e transforma o mundo por vir, mas para isso é preciso que ela

¹¹⁸ Arendt, 2016a, p. 318.

¹¹⁹ Arendt, 2021, p. 547-548.

tenha um ponto de partida estabilizado. Sem esse chão onde pisar, sem o solo onde se erige o espaço da ação política, o que temos é “a constante mudança e confusão em absoluta esterilidade, característica de tantas nações jovens que tiveram a má fortuna de nascer na *era da propaganda*”¹²⁰.

Arendt mostra como a propaganda é uma forma de atacar diretamente as bases da política, ou seja, a verdade fatural. A propaganda inviabiliza a ação humana. Para o debate e a opinião tomarem forma no espaço da política, a informação deve ser comum a todos os agentes. Não há possibilidade de política sem agentes devidamente informados. É a partir da informação, dos fatos que não podem ser negados, que será dado o pontapé inicial da política. O que os agentes farão com o mundo após a ocorrência e a deliberação sobre os fatos históricos está em aberto, afinal, é o futuro. No entanto, estes fatos não mudam, exceto, novamente, para o mentiroso. A propaganda, que talvez seja a forma mais organizada de mentira, torna o passado um objeto de disputa, trata-o como uma parte do futuro¹²¹. Se a todo momento ainda disputamos o que já passou, então reduzimos nosso futuro à discussão dos fatos e das narrativas flutuantes. Sem perceber, abrimos mão da capacidade de agir e efetivamente construir um futuro desejável.

Se, por um lado, aqueles que buscam os fatos devem ser imparciais para melhor servir o campo político, então como os agentes políticos devem se relacionar com os fatos? O que o domínio da ação deve fazer para evitar que os fatos que lhe dão vida sejam fragilizados? Arendt dedica algumas poucas palavras a esta questão:

A atitude política diante dos fatos deve, com efeito, trilhar a estreita senda que se situa entre o perigo de tomá-los como resultados de algum desenvolvimento necessário que os homens não poderiam impedir e sobre os quais, portanto, eles nada podem fazer, e o risco de negá-los, de tentar maquinar sua eliminação do mundo.¹²²

Em suma, a política pode se apropriar dos fatos como quiser, desde que: (a) compreenda a inerente contingência dos acontecimentos e, com isso, respeite a imprevisibilidade e as múltiplas potencialidades da ação humana; (b) jamais tente negar os fatos e transformá-los em objeto de disputa. O desrespeito a qualquer uma das duas atitudes mencionadas por Arendt significaria o próprio suicídio da política. Pois, se a política nega a contingência dos fatos e os trata como necessários, então não há mais motivo para a ação, uma vez que o futuro não será

¹²⁰ Arendt, 2016a, p. 319. *Grifo meu*.

¹²¹ Arendt, 2016a, p. 319.

¹²² Arendt, 2016a, p. 320.

mais um emaranhado de potencialidades e sim um caminho determinado que independe dos atos humanos. Somado a isso, se a política negar os fatos, ela jamais seguirá adiante, pois estará retirando de si mesma sua própria condição de existência, o chão onde as reais deliberações podem e devem se dar.

Não é uma coincidência que os regimes totalitários, os maiores inimigos da ação humana, tenham desrespeitado essas duas regras de conduta. A propaganda totalitária narrava os eventos passados e até mesmo o futuro de um ponto de vista ideológico, ou seja, baseando-se em uma doutrina aplicável a toda a história – passado, presente e futuro – da humanidade sob a ótica de uma ideia, como a doutrina racial no caso do nazismo. Mas o totalitarismo não se contentava apenas em dar sua versão ideológica dos acontecimentos. Ele também desrespeitava profundamente a segunda regra de conduta ao negar e tentar destruir fatos, como as tentativas de Stálin de eliminar Lênin dos livros de história. A consequência do sistema totalitário é, naturalmente, a impossibilidade da ação e da política.

4. O contador de verdades

Para dar fim à discussão sobre a mentira na política, precisamos ressaltar uma última perspectiva, a saber, a do contador da verdade. Já mencionamos a importância, e o desafio, de ser imparcial. Aquele que traz a verdade deve estar alheio ao âmbito político, tal como Arendt reconhece ter se posicionado durante o caso de Eichmann. Sua tarefa não é nada fácil. Ao servir o domínio político, o relator dos fatos corre o sério risco de se corromper. A verdade é hostilizada através da violência e da persuasão, que podem destruí-la, mas jamais podem ser substitutos à sua altura¹²³. Assim, aquele que fala a verdade “a põe em risco - e com ela a validade daquilo que tem a dizer - se tenta interferir diretamente nos negócios humanos e falar a linguagem da persuasão e da violência”.¹²⁴ Se a verdade não é uma questão de persuasão, então ela não deve se render ao discurso persuasivo. Ainda que seja tirânica, a verdade não pode se render aos métodos violentos da mentira. O que seria da verdade se todos os seus relatores fossem propagandistas?

Talvez possamos replicar esta pergunta com outra: como deve se comunicar o contador de verdades? Essa é uma discussão que está longe de ser simples, mas Arendt parece indicar um caminho. Como foi antecipado anteriormente, ela aponta três instituições que considera

¹²³ Arendt, 2016a, p. 320.

¹²⁴ Arendt, 2016a, p. 320.

como refúgios da verdade: o poder judiciário, a academia e a imprensa. Todos eles deveriam ser protegidos e, de modo ainda mais relevante, deveriam possuir mecanismos internos para se protegerem sozinhos dos interesses parciais e dos ataques advindos da esfera política e social. É de suma importância que aqueles que representam esses refúgios estejam comprometidos em defendê-los a todo custo.

A academia é o espaço que abarca as diversas ciências. Entre elas, as ciências históricas e as humanidades são as mais relevantes para a política, pois são responsáveis por “descobrir, conservar sob guarda e interpretar a verdade dos fatos e os documentos humanos”¹²⁵. Nesse sentido, o historiador trabalha junto ao jornalista, o representante da imprensa. Ambos se complementam. O simples enunciado dos fatos não faz sentido se não for colocado em perspectiva. O contador de verdades não é apenas um veículo pelo qual uma soma de acontecimentos fatuais é enunciada. Ele é um relator da realidade, e esta é mais que a soma dos fatos:

A realidade é diferente da totalidade dos fatos e ocorrências e mais que essa totalidade, a qual, de qualquer modo, é inaveriguável. Aquele que diz o que é - *légei tá eónta* - sempre narra uma estória, e nessa estória os fatos particulares perdem sua contingência e adquirem algum sentido humanamente compreensível.¹²⁶

A realidade, tão dura e difícil quanto possa ser, é o que o contador de verdades tem a oferecer à política. Para amenizar o difícil trabalho de aceitação da realidade, o contador de verdades precisa transmitir os fatos de uma perspectiva compreensível, isto é, contar uma estória¹²⁷. Ainda que a função de buscar a informação fatural deva ser realizada fora do âmbito político, livre de interesses e de forma imparcial, a transmissão dessa informação permanece sendo uma função política importantíssima. Que fique claro, as duas coisas não se excluem: uma atividade de relevância para o domínio político pode ser desempenhada fora dele. O ponto em questão é que esta função precisa necessariamente ser realizada, ou então não haverá política. É contando uma estória que o carregador da verdade exerce sua função que, em última instância, nada mais é que promover a aceitação das coisas como elas são¹²⁸. Arriscamos dizer,

¹²⁵ Arendt, 2016a, p. 322.

¹²⁶ Arendt, 2016a, p. 323.

¹²⁷ A este respeito, é importante ressaltar que Arendt foi ela mesma uma historiadora, e que, como afirma André Duarte, narra o passado sobre o qual estava interessada: “Como historiadora, Arendt é muito mais uma narradora em busca de histórias esquecidas do que uma cientista preocupada com a estrita recuperação do passado.” (Duarte, 2000, p. 144).

¹²⁸ Arendt, 2016a, p. 323.

seguindo o brilhante raciocínio de Arendt, que o bom contador de estórias está mais preocupado com o futuro do que com o passado. O bom contador de estórias sabe que a importância de conservar os fatos e dar-lhes sentido não é um mero capricho com o passado, mas sim uma atividade necessária para um futuro desejável.

Conclusão

Este artigo nos apresentou uma das maiores viciosidades da mentira e, conseqüentemente, da propaganda. A mentira promove a completa ruptura de nossas faculdades mentais de distinguir entre o verdadeiro e o falso. Assim, a propaganda é uma forma de causar a desorientação dos humanos em relação ao mundo e, como consequência severa, retirar-lhes a possibilidade de pensar e agir. Se a verdade factual é o chão sobre o qual se erige o domínio político, então atacá-la é o mesmo que atacar as bases deste domínio. Em outras palavras, a propaganda pode se infiltrar na política enquanto forma organizada de mentira para atacar aquilo que é pré-político.

Analisamos, também, a perspectiva da plateia de agentes políticos, que deve adotar uma conduta em relação aos fatos que seja sóbria e digna. Isso implica em respeitar a contingência dos eventos políticos e de jamais negar os fatos, ainda que suas interpretações sejam passíveis de discussão. Somente com o respeito a essas condições a política terá um solo seguro para se erigir e assim construir um futuro.

Por fim, vimos a importância dos contadores de verdade de se imporem ao campo político através de suas narrativas dos acontecimentos. A tarefa dos refúgios da verdade, mais do que um mero capricho com o passado, é oferecer estórias compreensivas e fidedignas aos fatos para que a partir deles se possa dar luz a novos inícios, a novos acontecimentos. É, em última instância, fortalecer o mundo comum onde nos encontramos, debatemos e que buscamos tornar o nosso lar habitável.

Referências

AGUIAR, O. A. Veracidade e Propaganda. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, v. 10, p. 7-17, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cefp/issue/view/11307>>. Acesso em 10 de outubro de 2023.

ARENDT, H. *Lições Sobre a Filosofia Política de Kant*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1994.

MARCELO CAPELLO MARTINS

———. *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*. 14a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

———. *A Vida do Espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

———. *Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

———. *Entre o Passado e o Futuro*. 8a edição. São Paulo: Perspectiva, 2016a.

———. *Escritos Judaicos*. São Paulo: Amarilys, 2016b.

———. *Crises da República*. 3a edição. São Paulo: Perspectiva, 2017.

———. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

———. *Pensar sem Corrimão: compreender 1953-1975*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

BUCCI, E. *Existe Democracia sem Verdade Factual?* Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

CANOVAN, M. Arendt's Theory of Totalitarianism: a reassessment. In: VILLA, Danna (Org.). *The Cambridge Companion to Hannah Arendt*. New York: Cambridge University Press, 2000, p. 25-43.

CAPELLO, M. *Propaganda e Discurso: a mentira e a violência discursiva em Hannah Arendt*. Dissertação de Mestrado: PUC-Rio, Departamento de Filosofia, 2022.

DUARTE, A. *O Pensamento à Sombra da Ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LAFER, C. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PLATÃO. C. In: *Diálogos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1980.

———. *A República*. Belém: EDUFPA, 2000.

———. *Górgias*. Lisboa: Edições 70, 2010.